



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB, CAMPUS – I
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – DFCS
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

VILMARA BARBOSA DA SILVA

A ÉTICA JONASIANA DA RESPONSABILIDADE

CAMPINA GRANDE – PB

2014

VILMARA BARBOSA DA SILVA

A ÉTICA JONASIANA DA RESPONSABILIDADE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura plena em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau em Licenciatura em Filosofia.

Orientador (a): Prof.ºDrº Julio Cesar Kesting

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, Vilmara Barbosa da.
A ética jonasiana da responsabilidade [manuscrito] / Vilmara
Barbosa da Silva. - 2014.
20 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Julio Cesar Kesting, Departamento de
Filosofia e Ciências Sociais".

1. Filosofia. 2. Ética. 3. Responsabilidade. 4. Tecnologia. I.
Título.

21. ed. CDD 170

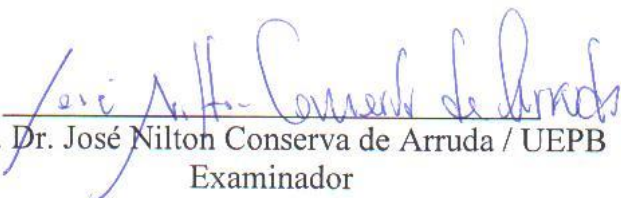
VILMARA BARBOSA DA SILVA


A ética jonasiana da responsabilidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Filosofia.

Aprovado em 17/02/2014.


Prof. Dr. Júlio Cesar Kesting / UEPB
Orientador


Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda / UEPB
Examinador


Prof. Ms. Marianne Sousa Barbosa / UEPB
Examinadora

DEDICO este trabalho aos meus pais Valdemar Barbosa da Silva e Maria Pereira da Silva, e como também aos meus irmãos Wilmar Barbosa da Silva e Valdilene Barbosa da Silva, por estarem sempre presentes durante toda esta jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, razão de nossa existência, por ter me sustentado de pé nesta caminhada e por ter me dado forças para não desistir. Obrigada meu Deus!

Em segundo agradeço a minha família, dádiva de Deus na minha vida, em especial minha mãe e minha irmã pelo incentivo e confiança em mim, pois sempre apostaram no meu potencial e dedicação.

Em terceiro agradeço a direção da Escola Estadual de E. F e M. Monte Carmelo, a Sra. Maria Bernadete Barros Lacerda e a direção da Escola Estadual de Ensino F. M. Ademar Veloso da Silveira, a Sra. Maria do Socorro Estevam. Por nos terem dado a oportunidade de atuarmos como estagiárias nas devidas escolas.

Agradeço também a professora Ana Ligia e a professora Alice Feitosa por terem sido compreensivas com nós estagiárias e por terem nos cedido algumas de suas aulas para que pudéssemos realizar nosso trabalho de estágio.

Agradeço ao professor Doutor Julio Cesar Kesting, por ter sido um orientador bastante compreensivo e competente, pois sua ajuda para a realização do trabalho foi muito útil.

Agradeço também aos professores examinadores Nilton Conserva de Arruda e a professora Mariane Barbosa, por terem comparecido na defesa deste.

Agradeço também a minha colega de estágio, Edilma Guimarães pereira, por ter sido uma parceira nas nossas lutas semanais indo às escolas sempre juntas, pois juntas unimos forças para não desistirmos, enfim conseguimos.

E, portanto, agradeço a instituição de ensino UEPB, juntamente com toda a equipe que constitui a mesma, pois este foi um local o qual me deu oportunidade de ter novos conhecimentos. Obrigada a todos!

RESUMO

Nossa pretensão fundamental no estudo que se segue é tratar da relação do homem com a natureza conforme a reflexão apresentada pelo filósofo contemporâneo Hans Jonas (1903-1993). Partindo de algumas considerações expressas pelo autor pretendemos mostrar os pressupostos metodológicos de um modo de pensar que levaram o ser humano a não cuidar do meio ambiente. Aparecem assim os processos tecnológicos que acarretam o ser humano, fazendo-o prisioneiro das suas próprias invenções. As conseqüências para a natureza são desastrosas. Sobremaneira explicitaremos que as ações humanas mal refletidas ocasionam vários problemas à natureza, enquanto que as ações devidamente refletidas e ponderadas podem trazer benefícios tanto ao ser humano quanto ao planeta em geral. Enfim, por meio da ética jonasiana da responsabilidade pretendemos despertar em nosso leitor o sentimento (afeição) da responsabilidade para com a natureza, conscientizando-o de que o futuro das novas gerações e de nosso planeta está em nossas mãos.

PALAVRAS- CHAVES: Hans Jonas. Natureza. Responsabilidade.

INTRODUÇÃO

Nosso estudo intitulado *A ética jonasiana da responsabilidade* insere-se no âmbito da necessária compreensão do homem quanto à preservação daquilo que lhe dá sustentabilidade. Partimos de um método indicativo, apresentando problemas ambientais causados pelo ser humano, surgidos sobremaneira a partir do início da modernidade e que se estendem até os dias atuais.

A questão da responsabilidade nossa para com o meio ambiente é um tema atualíssimo. Consta-se que os seres humanos na maioria das vezes estão muito mais preocupados com a realização de seus próprios objetivos egoístas do que com a preservação da vida em geral da natureza que lhes cerca.

Com o intuito de levar nosso leitor a consciência de que é possível interligar desenvolvimento tecnológico com a contemplação e necessária preservação da natureza elegemos a seguinte questão norteadora para a realização de nosso estudo: Por que o homem não preserva aquilo que lhe dá sustentabilidade?

Para a realização desse trabalho tivemos como suporte teórico sobremaneira o livro de Hans Jonas (1903-1993) intitulado *O princípio responsabilidade. Ensaio de uma ética para civilização tecnológica*, publicado no ano de 1979. Com nossas reflexões almejamos contribuir para um aumento de nossas consciências quanto à necessidade da preservação do meio ambiente para que a vida na terra através das futuras gerações possa continuar.

RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA: DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS

Ao dar início as suas reflexões filosóficas sobre a natureza modificada do agir humano na relação homem-natureza no primeiro capítulo de sua obra *O princípio responsabilidade* o pensador Hans Jonas¹ cita o célebre canto do coral da *Antígona* do escritor antigo Sófocles. Neste canto Sófocles discursa sobre o poder e o fazer do ser humano sobre a natureza, sobre

¹ Hans Jonas nasceu Alemanha em 1903 e faleceu em 1993. Podemos destacar três fatos importantes da sua vida. Em primeiro lugar, Jonas foi aluno de Martin Heidegger. Em seguida, o fato de ter escrito uma obra filosófica com fundamentação biológica intitulada *The phenomenon of Life. Toward a philosophical Biology* (1966). Enfim, o que mais marcou sua vida foi a publicação do livro *O princípio responsabilidade. Ensaio de uma ética para civilização tecnológica* em 1979.

“a sua irrupção violenta e violentadora na ordem cósmica” (JONAS, 2006, p. 31), sobre sua invasão nos diferentes campos da natureza. O canto da Antígona apresenta-se, assim, primeiramente, como uma retratação ideal da extraordinária capacidade do homem, detentor de poder e liberdade, em relação à natureza. Mas o canto narra também que o ser humano, a partir das suas capacidades de discurso, reflexão e sensibilidade social, construiu casas para sua habitação, dando início, desta forma, a construção das cidades. Jonas constata que no período antigo a violação da natureza e o desenvolvimento da civilização aconteciam conjuntamente, de modo que, por um lado, o ser humano se aventurava na natureza e subjugava suas criaturas e, por outro lado, erigia no refúgio da cidade e de suas leis uma proteção maior contra os perigos que a própria natureza lhe oferecia. Desta forma ele existia entre aquilo que permanecia, ou seja, a natureza e aquilo que ele mudava com sua ação, ou seja, a cidade. A cidade se diferenciava das demais coisas, estando aos cuidados do homem, formando o domínio completo e único de sua responsabilidade. A natureza não possuía nenhuma relação com a responsabilidade humana: ela cuidava de si mesma além de cuidar de forma protetora do ser humano. Jonas consta sobremaneira na relação do homem com a natureza que, “ainda que ele atormente ano após ano a terra com o arado, ela é perene e incansável; ele pode e deve fiar-se na paciência perseverante da terra e deve ajustar-se ao seu ciclo” (JONAS, 2006, p. 32). Mesmo atormentada pela astúcia humana que visava sua sobrevivência, as interferências do homem na natureza “eram essencialmente superficiais e impotentes para prejudicar um equilíbrio firmemente assentado” (JONAS, 2006, P. 32). A natureza era útil a sobrevivência e a inventividade humana; mas com ela não existia nenhuma relação de responsabilidade ou de relação ética.

No período moderno, no entanto, houve uma mudança radical na relação existente entre o homem com a natureza. Jonas vê nesta época a concretização do programa baconiano²: colocar o saber a serviço da dominação da natureza e utilizá-la para melhorar as condições de existência da humanidade. Ou, dito de outro modo: usar a razão de forma correta para melhor resolver as necessidades imediatas do homem por meio dos recursos oferecidos pela natureza. Disso decorrerá, como bem observa Unger (1992, p. 57) “uma visão

² Francis Bacon (1561-1626) foi um dos primeiros pensadores na história do pensamento ocidental a dizer que o conhecimento científico poderia conceder ao homem poder sobre a natureza. A efetivação do programa baconiano elucidou a dialética em que se envolve esse poder: o grau mais elevado de exploração técnica da natureza para a sujeição desta à vontade do poder humano (Cf. MAGEE, 2000, p. 74-75).

desencantada da natureza”. E é neste mesmo sentido baconiano que deveremos também avaliar a filosofia do pai da filosofia moderna René Descartes³.

Descartes fala no início do seu escrito *Discurso do método* que a razão é a coisa mais bem distribuída entre os seres humanos. Como ser dotado de razão, na sua relação com a natureza, este se encontra na posição de dominador. Assim, com o uso correto da razão, e conseqüentemente do método, o ser humano pode tornar-se senhor da natureza e possuí-la para o seu próprio benefício. Torna-se evidente que a natureza não possui a partir deste ponto de vista mais nada de divino: “Enquanto tal encontra-se inteiramente entregue à exploração da razão humana, que nos torna mestres e possuidores da natureza” (JAPIASSÚ apud REZENDE, 2002, p. 111). Os seres humanos possuem o direito incontestável de dominar a natureza em benefício próprio. Como afirma Unger (1992, p. 20), esse “procedimento acarreta progressiva e paulatinamente o enfraquecimento e por fim o desaparecimento de qualquer experiência de transcendência” na relação do homem com a natureza; além disso, esse humanismo antropocêntrico se fundamentaria numa fé suprema na razão humana “em detrimento de qualquer outra afirmação de poder, inclusive o poder da natureza. Daí, a crença arrogante na habilidade de o ser humano, através da técnica e da ciência, tudo dominar e tudo controlar”.

É importante frisarmos ainda que para Descartes, assim como para toda a revolução científica que acontecia na época, a matemática assumia um papel imprescindível na relação do homem com a natureza. A natureza “despojada de toda finalidade, é reduzida a um mecanismo inteiramente transparente à linguagem matemática” (JAPIASSÚ apud REZENDE, p. 111). A filosofia de Descartes foi, neste sentido,

[...] a primeira tentativa abrangente de representar todo o mundo exterior de uma maneira fundamentalmente diferente da visão platônico- aristotélico-cristã, a qual, sendo essencialmente uma concepção teológica e espiritual dos processos da natureza, controlara o pensamento humano por mil e quinhentos anos. Deus criara o mundo da existência física com o propósito de que, através do homem, finalidade máxima da natureza, o processo com o todo pudesse encontrar seu caminho de volta a Deus. Agora Deus é relegado à posição de causa primeira do movimento e os acontecimentos do universo prosseguem *in aeternum* como incidentes nas revoluções regulares de uma grande máquina matemática. A concepção ousada de Galileu é elaborada em detalhe. O mundo é representado concretamente como material e não

³ Rene Descartes nasceu em 1596 e faleceu em 1650. Suas principais obras são: *Discurso do método* (1637), *Meditações metafísicas* (1641), *Princípios de filosofia* (1644) e o póstumo *Tratado sobre o homem* (1664). Neste último escrito o filósofo apresenta o corpo humano como sendo uma máquina (Cf. MAGEE, 2000, p. 84-89).

espiritual, como mecânico e não teológico. O cenário está montado para que ele seja comparado [...] a um grande relógio posto em movimento pelo Criador e que segue trabalhando, em sua movimentação ordenada, apenas por seu ‘curso geral’ (BURTT, 1983, p. 91).

Destarte a partir da revolução científica e da fundamentação filosófica baconiano-cartesiana a natureza deixou de ser compreendida num âmbito qualitativo sendo reduzida ao quantitativo. O domínio da matemática sobre o conhecimento científico acarretou um processo de transformações profundas na relação do homem com a natureza, possibilitando-lhe um poder de ação sobre a mesma de forma nunca vista anteriormente, favorecendo o aparecimento nos séculos posteriores do espírito tecnológico.

A partir de Descartes (e de Galileu), as *matemáticas* passaram a construir o *modelo* e a *linguagem* de todo conhecimento científico: substituem a *qualidade* sentida pela *quantidade* medida. O conhecimento permite que nos tornemos ‘mestres e possuidores da natureza’. Compete ao homem *modelar* e *dominar* o mundo (JAPIASSÚ apud REZENDE, 2002, p. 111).

Porém, nada disso pode ser comparada, inclusive para com aquelas que ocorreram durante toda a revolução industrial dos séculos XVIII e XIX, com as transformações advindas a partir da década de 50 do século XX, quando, após a Segunda Guerra Mundial, a indústria começou a aplicar no mercado as inovações tecnológicas que tinham sido desenvolvidas para o aprimoramento dos equipamentos utilizados na guerra. O sistema capitalista sofreu um forte fortalecimento, incrementando a indústria de novas tecnologias. Houve um investimento considerável das indústrias em instituição de ensino e pesquisa com o intuito de conceberem cada vez mais novas tecnologias. Neste sentido alguns pesquisadores falam sobre esse momento como uma nova revolução copernicana, desta feita, uma revolução tecnológica científica. Novamente, o saber passa a ser um aliado do ser humano, assim como na revolução científica, visando um poder do ser humano sobre a natureza com dimensões sem precedentes.

É interessante lembrarmos aqui que em plena guerra ocorreu na Europa um fato insólito. A França, que entrou para história do pensamento com a ideia metafísica de dominação da natureza pelo homem, é derrotada pela Alemanha. Podemos perceber aqui num primeiro momento uma contradição: a nação que historicamente revelou tal metafísica a humanidade e a partir disso pensou ser capaz de modelar e dominar a técnica, como vimos anteriormente, não conseguiu tirar dela resultados práticos. Ela dispunha de todos os

pressupostos teóricos para inventar equipamentos técnicos que pudessem ser utilizados numa guerra e também de homens que saberiam controlá-los; mas o que era mais fundamental faltava, como diz Safranski (2005, p. 385), ou seja, “o domínio técnico da natureza”. Foi justamente a Alemanha, cuja principal marca do seu pensamento era o caráter histórico dos acontecimentos, quem conseguiu pôr em prática de forma brilhante o paradigma metafísico baconiano-cartesiano. Como afirma Safranski (2005, p. 384-385): “A Alemanha conseguiu melhor do que a França realizar o sonho de Descartes do domínio da *res extensa*, portanto o domínio técnico da natureza”. Isso se deu porque a Alemanha foi mais além, no sentido de que a sua sociedade, vivendo o regime ditatorial de Hitler, estava à altura da técnica moderna, enquanto que a França não conseguiu dar continuidade ao processo iniciado por Descartes, pois nesse modelo, além de dominador o homem tem que deixar-se dominar até mesmo pela natureza da técnica. Desta forma, como afirma Safranski (2005, p. 385),

[...] não basta possuir tanques, aviões e aparelhos de comunicação; também não basta dispor de seres humanos que os saibam manejar... É preciso uma humanidade que desde seus fundamentos singulares seja adequada à técnica moderna e a sua verdade metafísica, isto é, que se deixe dominar inteiramente pela natureza da técnica, para assim manejar até os processos e possibilidades técnicos isolados.

A partir da revolução técnico-científica o homem passou a exercer uma relação de poder com a natureza buscando tirar o máximo de proveito para si dos recursos naturais. Isso ocorreu e ainda ocorre de forma violenta, através do uso irracional do solo, das plantas, das águas, enfim de grande parte das criaturas existentes na natureza. No estágio atual da revolução tecnológica percebemos o quanto à ação do homem frente à natureza se modificou em relação a sua primeira fase. Entendemos aqui por primeira fase, como foi exposto anteriormente, o período antigo até o início da modernidade, no qual a comunidade primitiva e medieval contava com um sistema econômico baseado na exploração da natureza, dando-se assim, o início do processo de transformação do meio natural. Esse é o período no qual o *homo sapiens* utilizava sua inteligência e habilidade para desenvolver novas técnicas que deveriam ajudar a suprir suas necessidades. Todavia esse processo primitivo de interferência humana na natureza, não ocasionava como refletimos anteriormente, prejuízos significativos ao equilíbrio ambiental. Nos dias atuais, ao contrário, a técnica desenvolvida pelo homem não está primeiramente relacionada à necessidade, mas a uma busca de superação do próprio destino do homem, no qual o mesmo, ao invés de buscar suprir suas necessidades, acaba

produzindo outras necessidades em nome de um desejo que nunca se realiza. Segundo Jonas (2006, p. 43): “Hoje, na forma da moderna técnica, a *techne* transformou-se em um infinito impulso da espécie para adiante, seu empreendimento mais significativo”.

É neste contexto que o filósofo Hans Jonas, depois de vivenciar as catástrofes da guerra e o desenvolvimento assustador da técnica e da ciência nas últimas décadas, começou a refletir sobre a vulnerabilidade da vida humana diante dos avanços que o próprio homem possibilitou por meio do saber. Jonas questiona a condição humana como entidade detentora de poder sobre a natureza⁴; ele percebe no estágio atual da relação do homem com a natureza também outro agravante: o homem agora passou da condição de dominador do aparato natural a condição de dominado, e isso pelo próprio poder da técnica que ele produziu.⁵ Neste sentido afirma também o pensador suíço Hans Urs von Balthasar:

A humanidade, hoje, luta com o cosmo material para dominá-lo. Isso é uma parte de sua determinação que obteve, através dos caminhos da metafísica, a aparência do todo, através da perda do divino, da timidez antiga perante o ser, através do levantar-se titânico do espírito não somente para com a essência do mundo, mas para com a essência do ser. Assim, o homem cai, segundo a lógica de Hegel, na servidão daquilo que ele queria dominar: matéria e máquina (BALTHASAR, 1965, p. 980).

Assim, ao fazermos um retrospecto histórico sobre a função da técnica no passado, verificamos que a mesma estava ligada às necessidades do próprio ser humano. O trajeto dessa relação se iniciou com o espírito aventureiro do homem na natureza submetendo a si os seus elementos. Por outro lado, ele construiu as cidades, lugar de suas ações e seu refúgio. Havia consciência, neste sentido, sobre a fragilidade humana, bem como, a de seus empreendimentos que também se caracterizavam pelo caráter transitório, já que aquilo que ele produzia até mesmo a cidade, não tinha um caráter duradouro, ao passo que o objeto de sua estimulação à aventura possuía um caráter permanente. Essa era a atmosfera na qual se deu à origem dessa relação. O que chama mais a atenção é que mesmo nesse espaço que o homem criou para si para proteger-se da natureza predominou a sua condição de pequenez. Como diz Jonas (2006, p. 32) apesar “de sua engenhosidade, o homem, confrontado com os elementos, continua pequeno. [...] os empreendimentos humanos percorre efêmeros trajetos”. Neste

⁴ Veja também neste mesmo sentido o posicionamento de Peter Singer no seu livro *Ética prática*, 1998, p. 279-304.

⁵ “[...] a constatação de que a aceleração do desenvolvimento alimentado tecnologicamente nos conduz a outra constatação: no tempo de que ainda dispomos, as correções tornam-se cada vez mais difíceis, e a liberdade para realizá-las é cada vez menor” (JONAS, 2006, p. 78-79).

sentido torna-se evidente que, apesar do seu caráter essencialmente nocivo à natureza, a técnica do passado era menos agressiva e suas consequências ao equilíbrio natural eram insignificantes; ao contrário do período moderno, passando pela revolução industrial e tecnológica científica até aos nossos dias, as invenções humanas no meio ambiente eram flexíveis e incapazes de promover grandes alterações à natureza e ao próprio ser humano.

Vimos neste sentido uma comparação entre a obra da cidade, como espaço do homem, e a natureza, esse campo vasto que naquele momento era convidativo ao espírito aventureiro humano para lançar-se nele e dele buscar o suprimento de suas necessidades. Por ser obra humana, a cidade portava o aspecto de domínio único da responsabilidade humana, pois como criador daquele espaço o homem tinha o dever de cuidar e zelar pelo seu bem-estar, o que por sua vez favorecia o bem-estar de seus habitantes. No que diz respeito à natureza, esta não estava voltada para o cuidado e o zelo do homem, pois se acreditava que ela era senhora do seu próprio destino. Por isso, inteligência e moralidade estavam de mãos dadas no ambiente da cidade, enquanto que para lidar com a natureza o homem só precisava de inteligência e inventividade. Para Hans Jonas é na cidade dos homens onde se encontra uma das raízes da ética tradicional. Essa possui como característica uma ligação exclusiva com o agir humano. A ética tradicional possuía suas raízes na cidade dos homens e se adaptava à forma das ações humanas neste espaço. Assim, a relação com as coisas que não estavam ligadas às questões intra-humanas eram eticamente neutras. Mas será que tal comportamento era proposital ou residia no fato de que o homem não tinha consciência de que era necessário estabelecer uma relação de atitudes diferentes com a natureza?

Essa neutralidade ética no âmbito do objeto se dava porque se pensava que o agir humano só afetava superficialmente a natureza das coisas. Mesmo após a revolução técnico-científica ainda se pensava assim. Acreditava-se que o modo de agir do homem não trazia prejuízos duradouros ao objeto ou à ordem natural. Assim uma ética que estivesse voltada para os objetos não assumia nenhum sentido concreto e era tida como isenta em relação ao mesmo. Como afirma Jonas (2006, p. 35), “a atuação sobre os objetos não humanos não formavam um domínio eticamente significativo”. Diante de tais circunstâncias, não havia consciência naquele momento da necessidade de um tratamento ético especial para com a natureza.

PROPOSTA JONASIANA DA ÉTICA DA RESPONSABILIDADE

Nas linhas que se seguem pretendemos apresentar a concepção jonasiana da ética da responsabilidade concebida para a civilização tecnológica dos dias atuais. A proposta jonasiana é ecocêntrica, isto é, leva em consideração, antes de tudo, a relação entre o ser humano e o meio ambiente (a natureza em geral), propondo novos modos de agir; ela põe em destaque, também, questões relacionadas à existência humana no palco do mundo, vistas a partir das futuras gerações. Emerge, desta forma, uma nova proposta ética adequada a um “novo tipo de agir humano” e voltada para um “novo tipo de sujeito atuante” (JONAS, 2006, p. 47).

O modelo ético tradicional, restrito a cidade como vimos, era também fundamentalmente antropocêntrico, ou seja, cuidava somente do relacionamento do homem com o próprio homem e do homem com os outros seres da sua mesma espécie. Sua aplicação estava, portanto, restrita ao universo das relações inter-humanas e da prática de suas ações. Mas a marca mais forte desse paradigma ético é o caráter imediatista do resultado das ações, ou seja, o caráter de julgar o que há de bom ou de mal nas ações humanas a partir do aqui e agora. O julgamento do agir humano era verificado na prática cotidiana; não havia nenhuma preocupação com resultados ao longo prazo. As ações humanas tinham que se desenrolar com sabedoria diante do imediato. Com relação àquilo que o homem não conhecia devia apenas conformar-se: esse era seu destino, sua sina.

O princípio básico e indispensável da ética tradicional se revela no aspecto imediato da ação. Neste sentido podemos exemplificar com as máximas de ação: ‘Ama o teu próximo como a ti mesmo’, ‘faze aos outros o que gostarias que eles fizessem a ti’. Exige-se o cumprimento das ações sempre no tempo presente. O futuro só é levado em consideração, quando muito, no que se refere à duração da vida humana. Portanto, a temporalidade dessa ética limita-se ao presente, isto é, ao instante no qual se realiza a ação. No tocante ao espaço a noção é praticamente a mesma: os protagonistas da ação estão determinados por uma relação de proximidade. Com referência ao papel do saber nesse modelo ético, não há uma exigência de que seja de um tipo definido como científico filosófico ou especialista, tampouco se trata de um saber teórico. É um tipo de saber que pode ser encontrado até mesmo nas pessoas de pouca erudição. Dessa forma, para que se aja moralmente nesse padrão ético não é necessário

que se possua um saber intelectual elevado. Segundo Hans Jonas (2006, p. 36), Kant foi o pensador da ética tradicional que diminuiu de forma radical o caráter cognitivo do agir moral:

Kant chegou a dizer que ‘em matéria de moral a razão humana pode atingir um alto grau de exatidão e perfeição mesmo entre as mentes mais simples. Não é necessária uma ciência ou filosofia para se saber o que deve ser feito, para ser honesto e bom, e mesmo sábio e virtuoso’.

Assim, nesse contexto, não há necessidade de se exigir do indivíduo que ele possua, para agir moralmente, uma alta carga de teorias ou de saber de qualquer espécie; basta que ele use sua sabedoria e seja virtuoso. Tais características estão paralelamente ligadas à ética aristotélica que aponta a felicidade como fim último de toda ação moral. Para Aristóteles o fim último, que é a felicidade, conduz o homem à virtude; esta por sua vez, não é algo inerente ao ser humano; ele só pode conquistá-la quando age retamente. Assim, só os homens felizes podem agir bem: “O homem feliz vive bem e age bem, visto que definimos a felicidade como espécie de boa vida e boa ação” (ARISTÓTELES, 2006, p. 29). Dessa forma percebemos que a ética de Aristóteles pode ser também situada no mesmo patamar da ética tradicional preocupada com resultados imediatos, não privilegiando nenhum julgamento ao longo prazo. Além disso, põe em evidência apenas as ações humanas reforçando assim o aspecto antropocêntrico sem manifestar nenhuma preocupação com os outros elementos naturais.⁶ Destarte torna-se evidente que os modelos éticos desde a Antiguidade são todos semelhantes e não há neles nenhum espaço para as questões relacionadas a um trato especial para com a natureza. Isso foi comprovado em Aristóteles e podemos também verificar no imperativo categórico kantiano: “Aja de tal modo que tu também possas querer que tua máxima se torne lei geral” (JONAS, 2006, p. 47). As motivações e ações possuem sempre uma relação do homem consigo mesmo e nunca com a natureza.

Voltemos a nossa discussão anterior sobre a tecnologia como principal instrumento utilizado pelo homem atualmente, na sua postura de dominador em relação à natureza. A tecnologia é a principal responsável pela destruição não só da vida das plantas e animais,

⁶ Para Aristóteles “o conhecimento da situação e daquilo que lhe convinha, estabelece exigências consideráveis à experiência e ao juízo, tal saber nada tem a ver com a ciência teórica. Ele implicava evidentemente um conceito universal do bem humano como tal, baseada em determinadas constantes da natureza e da situação humana, e esse conceito universal do bem poderia ou não ser desenvolvido numa teoria própria. Mas a sua transposição para a prática exige um conhecimento do aqui e agora, e este é inteiramente não- teórico. Esse conhecimento próprio da virtude (o de saber onde, quando, a quem e como se deve fazer o quê) prende-se às circunstâncias imediatas, em cujo contexto definido a ação segue o seu curso como ação do ator individual, nele encontrando igualmente o seu fim. Se uma ação é ‘boa’ ou ‘má’, que é inteiramente decidido no interior desse contexto de curto prazo” (JONAS, 2006, p. 37).

como também da própria essência do homem enquanto ser humano. Aqui cabem alguns questionamentos. Será que não está na hora de se estabelecer à técnica e aos meios que a fomentam (grupos e governos), novos critérios éticos? Será que os pressupostos da ética tradicional ainda conseguem apresentar critérios aceitáveis para a relação humana com o meio ambiente, mesmo depois de tantos avanços tecnológicos? Não podemos perder o foco da questão em relação a um critério eticamente correto. Um critério só é eticamente correto quando é capaz de promover e defender a vida em seus mais abrangentes aspectos.

Para que o nosso estudo prossiga neste caminho, analisaremos as diferenças que existem entre o imperativo categórico kantiano, que vimos acima, e o novo imperativo proposto por Hans Jonas: “Aja de modo que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a terra” (JONAS, 2006, p. 47). No imperativo kantiano as ações se limitam apenas ao universo humano, de tal sorte que aquilo que julgamos como sendo algo bom para o homem pode não ser para a humanidade e conseqüentemente para a natureza. A finitude das ações está no homem. O imperativo jonasiano por sua vez, é claro a este respeito. Nele não há lugar para aventuras em relação à vida da humanidade. Jonas não permite nenhuma ação que possa representar um risco à vida humana não só no presente, mas também à vida das gerações futuras. Não poderemos evidentemente abordar tais questões no campo do direito; mas podemos compreender isso como um dever para com as futuras gerações. É nesse fato que se encontra a ousadia e o desafio desse novo imperativo: colocar no âmbito da ética o dever no nosso modo de agir para com os nossos futuros descendentes. Outra diferença que podemos observar nesse contraponto dos dois imperativos é que o imperativo de Kant é direcionado totalmente ao indivíduo e o critério que define o valor da ação é meramente momentâneo fundamentado no aqui e agora. O imperativo jonasiano propõe uma ação coletiva (políticas públicas) lançando um olhar não somente para o hoje, mas para o futuro da espécie. Podemos dizer que o imperativo proposto por Hans Jonas reflete profundamente a necessidade de se estabelecer novos parâmetros éticos para o atual modo de agir do homem frente à natureza.

Consoante ao pensamento de Hans Jonas sobre a necessidade de um novo paradigma ético para os nossos dias, nós encontramos no relatório final de um seminário realizado em 1990, organizado por Nancy Mangabeira Unger, muitas contribuições ligadas à relação do homem com a natureza, demonstrando que já naquela época existia no nosso país a preocupação de muitos intelectuais sobre tais questões. No que tange à ética como facilitadora de critérios para orientar a nossa ação nessa relação, a ideia que nos pareceu mais relevante

foi de Eduardo Gudinas (Biólogo) que diferencia dois tipos de ética: a ética ambiental superficial e a ética ambiental profunda. Para Gudinas, a ética ambiental superficial traz consigo traços de uma sociedade conservadora. A natureza seria objeto para a realização de fins humanos, isto é, o homem tiraria proveitos da natureza para o seu próprio deleite. As decisões tomadas aqui são tecnocráticas sendo que as políticas de desenvolvimento não são tratadas como deveriam ser. A ética superficial não vê valores próprios da natureza; o homem é o seu administrador. Todos estes elementos estão presentes como vimos na ética tradicional e ainda ditam hoje os critérios éticos, principalmente nos países ricos, desenvolvidos e/ou industrializados que constituem o exemplo mais visível desse modelo ético. Para exemplificar basta vermos como é tratada a questão do aquecimento global por este grupo de países. Não existe uma questão mais aprofundada sobre a administração das quotas de gás carbônico emitidas anualmente na atmosfera, já que seu interesse é somente econômico. Contudo, a ética ambiental profunda, segundo Gudinas contempla a natureza com seus valores intrínsecos. Ao contrário da ética ambiental superficial, esta última não vê a natureza como um depósito de onde podemos retirar o máximo de recursos para manipulá-los e usá-los ao nosso bel prazer. Neste sentido também afirma Singer (1998, p. 304):

A ênfase na frugalidade e numa vida mais simples não significa que uma ética ambiental seja contrária ao prazer, mas sim que os prazeres que ele valoriza não provêm do consumo exagerado. Pelo contrário, eles provêm de calorosas relações pessoais e sexuais, do fato de se estar ao lado dos filhos e dos amigos, das conversas, dos esportes e das diversões que estejam em harmonia com o meio ambiente, em vez de causar-lhe danos; dos alimentos que não se baseiam na exploração de criaturas sencientes, nem resultam da destruição da terra; de todos os tipos de atividades e trabalhos criativos, e (com o devido cuidado de não danificar exatamente aquilo que se valoriza) da apreciação dos lugares ainda não arrasados deste mundo em que vivemos.

Ainda sobre o nosso tema recolhemos do mesmo relatório de Unger outra contribuição importante acerca da cultura ocidental moderna que na visão de muitos estudiosos desta área, é a grande responsável pela situação de perigo na qual o planeta se encontra. Nela seguem juntas duas tendências que se destacam na sociedade, a tendência instrumentalista e a tendência finalista:

A tendência instrumentalista norteia-se por vários princípios. O princípio utilitarista, por exemplo, vê a natureza simplesmente em razão de sua utilidade; o princípio mecanicista define que natureza é assim mesmo, dela podemos tirar o que precisarmos, porque depois ela se recupera por si

mesma. [...] A tendência finalista reconhece que a natureza tem valor em si mesma, porque ela é importante para a sobrevivência da humanidade, e portanto deve ser preservada (UNGER, 1992, p. 43).

Depois de percorrermos este itinerário confrontando os dois imperativos éticos e fazermos um paralelo entre os dois modelos éticos ambientalistas, já temos a resposta para os questionamentos levantados anteriormente acerca da eficácia dos princípios da ética tradicional diante das mudanças do agir humano quando provocadas pelas transformações da técnica. Esta resposta não poderia ser outra se não a de que as bases da ética tradicional já não dão mais suporte para que a mesma possa fomentar critérios éticos para o atual modelo de agir humano com relação à natureza, visto que o estágio de avanço da técnica transformou até mesmo o homem num objeto da técnica. O antigo modelo ético tornou-se ineficaz. Faz-se necessário, pois, repensar uma nova ética da relação homem-natureza. Essa ética deverá romper com princípios básicos do utilitarismo e do mecanicismo, pois nestes não existe o mínimo senso de reciprocidade e respeito pela natureza. Ela também deverá romper com aqueles que pregam a racionalização dos recursos naturais, pois por trás dessa racionalização geralmente há uma tendência de racionalizar apenas para o proveito humano no presente sem transferir esta preocupação para as gerações futuras. A nova ética deve nortear-se por princípios que levam em consideração uma relação mais afetiva com a natureza. Concluindo nosso estudo, citamos nesse sentido Unger (1992, p. 43):

Muito dificilmente ocorrerá uma mudança ética enquanto não houver um relacionamento mais afetivo com a natureza; é preciso aproximar-se dela, amá-la, tocá-la, usar todos os nossos sentidos para atingir essa afinidade, pois não creio que a racionalidade, apenas, seja a solução para o princípio ético na relação homem-natureza.

Portanto, o homem deve conscientizar-se de que é um ser dependente da natureza. Por isso deve tentar manter uma relação recíproca de afetividade no meio em que vive, para que desta forma possa viver conseqüentemente melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, tendo em vista a proposta de Hans Jonas que é de suma importância, consideramos que a forma mais agradável de viver a vida é sendo responsável pelo planeta. De fato, são teorias que uma vez postas em prática garantiriam a maior preservação da vida planetária e uma forma também de garantir os recursos naturais, visando à boa qualidade de vida para todos os habitantes da terra.

Para que se tenha progresso não é necessário pôr a vida do planeta em risco, mas que se promova o desenvolvimento sustentável, para que o conforto atual não tire o direito que as futuras gerações têm de usufruir de uma boa qualidade de vida oferecida pela “mãe” terra.

Na condição de seres pensantes, temos capacidade para decidir a melhor forma de vida para todos os habitantes do planeta, tendo como primeiro passo uma mudança nas formas de pensamento quando se trata de pensar apenas em si, depois agir, renunciando a tudo que venha causar destruição, fruto da ganância de uma sociedade capitalista que se nega a enxergar a realidade dos fatos.

Logo, cabe a nós escolher: fazer parte da destruição ou reverter este quadro. E ainda saber que o uso da consciência é a melhor maneira de garantir vida longa e saudável ao nosso planeta.

ABSTRACT

Our fundamental pretension in this term paper is treat the relation between man and nature according to an exposed reflection by the contemporary philosopher Hans Jonas (1903-1993). From some express considerations by the author we pretend to show the methodological assumptions in a way of thinking that took the human being to not take care of the environment. Thus emerges the technologies process making human being a prisoner of their own inventions. The nature's consequences are disastrous. What we do here will be to explain how the bad effects of human actions induces a lot of problems to nature while sensitive and weighted actions can bring benefits to human being and to the planet in general. Finally, through the Jona's ethics of responsibility we aims to arouse in our reader the feeling (affection) of responsibility to the nature, aware that the future of the new generations and our planet is in our hands.

KEYWORDS: Hans Jonas. Nature. Responsibility.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- BALTHASAR, H. U.v. **Herrlichkeit** Eine Theologische Aesthetik. Vol. III, Im Raum der Metaphysik. Teil II. Neuzeit. Einsiedeln: Johannes verlag, 1965.
- BURTT, E. A. **As bases metafísicas da ciência moderna**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- JAPIASSÚ, H. **Racionalismo Cartesiano**. In: REZENDE, A. Org. /**Curso de Filosofia**: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 101-116.
- JONAS, H. **O princípio responsabilidade**. Ensaio de uma ética para civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MEGEE, B. **História da filosofia**. São Paulo: Loyola, 2000.
- REZENDE, A. (Org.). **Curso de filosofia**: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- SAFRANSKI, R. **Heidegger**: um filósofo da Alemanha entre o bem e o mal. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- SINGER, P. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- UNGER, N. M. **Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico**. São Paulo: Loyola, 1992.